

Desastre da Samarco/Vale/BHP:

uma tragédia em diferentes atos

Por Haruf Salmen Espindola; Cláudio Bueno Guerra¹³

Em Minas Gerais, estado que concentra boa parte das maiores empresas de mineração do Brasil, ocorreu um grande desastre tecnológico provocado por três gigantes do setor mineral: Samarco Mineração S.A (Samarco), Vale S.A. (Vale) e BHP Billiton Brasil Ltda (BHP). O termo desastre tecnológico expressa o entendimento de que o desastre iniciado com o rompimento da barragem de rejeito de mineração, em 5 de novembro de 2015, resultou de opções técnicas, decisões administrativas e priorização de resultados econômico-financeiros por parte dos tomadores de decisão da Samarco/Vale/BHP. Tratado como acidente pelas empresas e como crime pelos atingidos, o desastre colocou a opinião pública brasileira diante de uma tragédia em diferentes atos.

No Brasil as temáticas relacionadas aos riscos, impactos e desastres socioambientais não fazem parte do cotidiano, exceto pelas chamadas calamidades provocadas por excessos de chuva ou seca, que mobilizam as escolas para se angariar donativos para os atingidos. Entre nós, brasileiros, frequentemente se associa desastres com o exterior e com as ocorrências extremas da natureza (terremotos, vulcanismo e furacões). As chamadas calamidades são vistas como infortúnio e a mídia se interessa pelas imagens sensacionalistas e pelos aspectos trágicos. Não estamos familiarizados com a discussão sobre riscos socioambientais e, principalmente, com a nomeação dos atores específicos que estão na origem de problemas ambientais e desencadeamento de desastres.

Todo desastre socioambiental tem causadores e atingidos, que sofrem o impacto direto sobre suas bases espaço-temporais. O novo tempo que se inicia para os atingidos é marcado por incertezas e pelo medo frente à paisagem nascida do desastre. Eles vivenciam problemas reais, que muitos não possuem condições objetivas para enfrentar, e perigos imaginados, que provocam sofrimento igualmente. A incerteza assume um lugar central em suas vidas cotidianas, ampliada ainda mais pelas controvérsias políticas, jurídicas e técnico-científicas protagonizadas pelos diferentes atores mobilizados pelo desastre. A linguagem

¹³ Haruf Salmen Espindola, historiador graduado pela UFMG, doutor em História Econômica pela USP, é natural da bacia do Rio Doce e atua no curso de Direito e no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – GIT/Univale, em Governador Valadares, Minas Gerais.

Cláudio Bueno Guerra, engenheiro graduado pela UFMG, é natural da bacia do Rio Doce e trabalha nessa região há cerca de 25 anos como consultor ambiental. Fez mestrado em recursos hídricos no UNESCO-IHE: Institute for Water Education, em Delft, Holanda.

Este artigo contou com a colaboração das bolsistas de iniciação científica, Iesmy Elisa Gomes Mifarreg, aluna do terceiro período de Direito da Univale; e Natália Moreira Ferreira, aluna do sétimo período de Engenharia Civil da Univale.

excessivamente técnica dificulta a comunicação e amplia as suspeitas sobre a verdadeira extensão e duração dos impactos. As autoridades e a mídia tendem a valorizar o especialista, pelo seu suposto conhecimento científico, ignorando o saber dos atingidos e o valor dos seus habitats. Entretanto, as percepções e entendimentos dos atingidos são tão importantes quanto os pareceres dos especialistas.

Este artigo faz um esforço no sentido de facilitar o entendimento do desastre socioambiental que abateu sobre o Rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, oferecendo elementos para se discutir criticamente riscos, impactos e desastres ligados aos grandes investimentos de capital. O texto procura dar uma visão geral dos eventos relacionados ao desastre da Samarco/Vale/BHP, bem como procura mostrar que os efeitos negativos não são ocorrências estanques, mas constituem um processo que perdura no tempo. Outro aspecto importante é a nomeação dos atores envolvidos e, particularmente, a especificação do ator responsável pelo desastre e sua postura antes, durante e depois da tragédia.

Os impactos negativos do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A, ocorrido em 05 de novembro de 2015, no município de Mariana, Minas Gerais, ainda persistem e continuam a gerar danos sociais, culturais, econômicos e ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. A análise desse desastre socioambiental é muito complexa, pois envolve diferentes dimensões: de um lado questões técnicas, econômicas e de governança relacionadas ao sistema territorial criado pelos grandes investimentos de capital na mineração e, por outro, as questões ambientais, sociais, culturais e psicológicas dos lugares e ecossistemas atingidos, ocorrendo ainda as mediações políticas, éticas e jurídicas.

Os danos se estenderam da biodiversidade às atividades econômicas e ao meio sociocultural, incluindo a ruptura da normalidade da vida de milhares de pessoas ao longo dos rios afetados, principalmente na vida dos rios, nas cadeias da vida relacionadas aos rios, nas áreas de serviços nas cidades, na agropecuária e na pesca. Para se fazer uma avaliação realista se torna crucial a análise integrada que considere todo o contexto territorial, o sistema hídrico, os ecossistemas locais e o complexo minero-metalúrgico instalado na Bacia do Rio Doce.

Com uma extensão territorial equivalente a Portugal, a Bacia do Rio Doce possui uma área de drenagem de 86.715 quilômetros quadrados (86% em Minas Gerais e 14% no Espírito Santo). O rio Doce tem extensão de 879 quilômetros e desempenha importante função, ao fornecer água para uso doméstico, agropecuário, industrial e geração de energia elétrica. Não apenas o Doce, mas o conjunto dos rios serve de canais receptores e transportadores de rejeitos e efluentes. A bacia possui uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes, distribuída em 202 municípios na

parte mineira e 26 no Espírito Santo. A grande maioria dos municípios (85%) com menos de 20 mil habitantes ainda possui expressiva população rural. Com grande diversidade intra-regional, tanto do ponto de vista ambiental como socioeconômico e cultural, as diferenças e dinâmicas locais são sobrepostas pelos complexos sistemas territoriais criados pelos grandes investimentos de capital: mineração, siderurgia, celulose e energia.

Se localizam na Bacia do Rio Doce a gigante mundial do aço ArcelorMittal, a Aperam South América e a Usiminas; no ramo da celulose a Cenibra - Celulose Nipo-Brasileira S.A e a Fibria, maior produtora de celulose de eucalipto do Brasil e do mundo, todos esses empreendimentos localizados nos vales dos rios Piracicaba e Doce. Também operam a mineradora de ouro Anglogold Ashanti Mineração e as gigantes do minério de ferro Vale, BHP Billiton, Samarco e Anglo American. Como resultado, na Bacia do Rio Doce são geradas divisas para o país por meio das exportações de minério de ferro, aços e celulose. No estado do Espírito Santo também ocorrem as exportações de mármore, granito, café e polpa de frutas.

Entre os grandes investimentos de capital, se sobressaem as empresas de mineração, pois são as maiores do mundo nesse ramo da economia. Dentre elas, a Samarco Mineração S.A se destaca por ser a primeira empresa que substituiu o transporte ferroviário do minério de ferro, entre a mina e o porto, pelo primeiro transporte tubular. A criação da empresa, em 1977, fez parte dos "grandes projetos industriais" da ditadura militar no Brasil, implementados entre 1970 e 1980. Em maio de 2000 a Vale adquiriu 63,06% do capital total do Grupo Belgo-Mineira e 79,27% do capital votante da Samitri, que possuía 51% da Samarco, estabelecendo uma joint-venture com a australiana BHP Billiton. Na época da aquisição, a Samarco era a empresa que produzia pelotas de minério de ferro de mais baixo custo no mundo e era a quinta maior empresa exportadora do Brasil². Em 2014 a Samarco operava três minerodutos e se encontrava classificada na 10^a posição, entre os maiores exportadores do Brasil. Nesse ano, sua capacidade nominal produtiva foi de 30,5 milhões de toneladas na mina de Germano (Mariana – MG), ligada pelos minerodutos ao complexo de quatro usinas de pelotização e o porto em Anchieta/Ponta de Ubú-ES³.

No seu site a Samarco, refletindo sua arrojada política de marketing, assegurava um comprometimento absoluto e de alto nível da empresa com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Ela era considerada referência

2 Revista Exame. As 40 maiores exportadoras brasileiras de 2014. Por Tatiana Vaz, publicado em 27 de jan. de 2015; atualizado em 13 de set. de 2016. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/as-40-maiores-exportadoras-brasileiras-de-2014/>. Acessado em 2 de fevereiro de 2017.

3 VALE S.A. Nossa História. Capítulo 8. Anos de Transformações, p. 260-261. Disponível em <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>. Acessado em 2 de fevereiro de 2017.

nessas duas áreas, conquistando vários prêmios nacionais e internacionais⁴. Em entrevista para a revista Ecológico, o presidente da Samarco afirmava: “Quero chamar a atenção de vocês para nossos valores. São eles: respeito às pessoas, integridade e mobilização para resultados. Não basta dizer que respeitamos as pessoas e somos íntegros. É preciso mostrar, provar na prática que sim”⁵.

A tragédia iniciada no dia 5 de novembro, no entanto, revelou que a sustentabilidade e responsabilidade social da empresa eram peças de marketing. Cinco dias depois do rompimento da barragem, o promotor público de Minas Gerais, Carlos Ferreira Pinto, afirmou que não foi acidente e nem fatalidade e sim um erro na operação e negligência no monitoramento⁶. Tal afirmação contundente foi embasada pelo Relatório Técnico do Instituto Prístino, datado de 21 de outubro de 2013, contratado pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais. Esse Relatório levantou, com riqueza de detalhes, todos os problemas de segurança da barragem, alertou sobre os riscos para a comunidade de Bento Rodrigues e fez uma série de recomendações de providências que deveriam ser tomadas pela mineradora. Entre os problemas levantados se destaca a falta do plano de contingência, conforme exigido pela normativa COPAM 62/2002, como condicionante para Revalidação da Licença de Operação (REVLO)⁷.

Portanto, ao que parece, o *modus operandi* da Samarco, que contava com a leniência da fiscalização da Fundação Estadual do Meio Ambiente - MG (FEAM)⁸ e do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)⁹, há um bom tempo indicava descaso e indiferença quanto a problemas levantados, adotando a estratégia de burlar a legislação ambiental vigente.

4 Como exemplo e ironia do destino, um pouco antes do desastre, no dia 24 de setembro de 2015, a Samarco recebeu no Espírito Santo o Prêmio Gazeta Empresarial Guarapari 2015, por ter ficado em primeiro lugar nas categorias Melhor Empresa e Responsabilidade Social. Disponível em <http://www.sinferbase.com.br/noticias/samarco-e-um-dos-destaques-em-premiacao-decida-pelo-voto-popular-no-es>. Acessado em 3 de fevereiro de 2017.

5 Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=81&secao=1332&mat=1469>. Acessado em 3 de fevereiro de 2017.

6 Confirma a matéria 'Houve negligência', diz MP sobre rompimento de barragens em MG. Documento afirma que havia risco de rompimento em barragem. Tragédia em MG tem 3 mortos e 24 desaparecidos. Do Portal G1, em São Paulo, publicado em 10/11/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/houve-negligencia-diz-mp-sobre-rompimento-de-barragens-em-mg.html>. Acessado em 12 de dezembro de 2016.

7 INSTITUTO PRÍSTINO. Laudo Técnico em resposta ao Parecer Único Nº 257/2013 Descrição do fato: Análise Técnica Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão – SAMARCO MINERAÇÃO S/A. Disponível em <http://giaia.eco.br/wp-content/uploads/2015/11/Resposta-parecer-257-2013.pdf>. Acessado em 4 de fevereiro de 2017.

8 PARREIRAS, Mateus. FEAM admite discrepância entre real volume de barragem em Mariana e dados oficiais. Órgão confirma que o cadastro sobre volume de rejeitos nas barragens da Samarco em Mariana estava defasado desde 2012. O Estado de Minas revelou ontem que a represa do Fundão, que se rompeu, tinha 20 vezes o volume registrado. Estado de Minas, publicado em 2/12/2015. Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/02/interna_gerais,713362/feam-admite-discrepancia-entre-real-volume-de-barragem-em-mariana-e-da.shtml. Acessado em 2 de fevereiro de 2017.

9 RODRIGUES, Léo. TCU aponta falhas do DNPM que contribuíram para tragédia em Mariana. Agência Brasil. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/tcu-aponta-falhas-do-dnpm-que-contribuiram-para-tragedia-em-mariana>. Acessado em 2 de fevereiro de 2017.

Balanço de um ano: efeitos negativos ainda perduram

Os efeitos da tragédia socioambiental causada pela Samarco/Vale/BHP abrangem duas escalas. Uma de nível local, onde verificamos as peculiaridades de cada lugar, uma vez que o rio possui diferentes trechos e cada qual sofreu os efeitos a seu modo, tanto no meio ambiente biótico e abiótico, quanto no socioeconômico. Precisamos de outra escala para examinarmos o conjunto da bacia hidrográfica no contexto geral do país e no panorama global. Nessa segunda escala, sobressai outra problemática, distante da vida das pessoas que moram na região afetada. Outras questões fazem parte dessa problemática, tais como perdas tributárias, controvérsias jurídicas nos tribunais, mercado de commodities, exportações, divisas, balança de pagamentos, entre outros. Nosso objetivo está na escala local, pois é preciso se posicionar e estabelecer uma prática discursiva que considere e interaja com as comunidades humanas e não humanas de cada parte da bacia hidrográfica atingida pelo desastre socioambiental provocado pela Samarco/Vale/BHP.

No primeiro trecho atingido que fica entre a barragem de rejeitos de Fundão e a barragem da Usina Hidrelétrica de Candonga, cerca de 100Km, o que aconteceu foi um verdadeiro tsunami. Dos rejeitos que vazaram da barragem, 80% ficaram entre Fundão e a hidrelétrica, sendo que essa reteve em seu reservatório mais de 10 milhões de metros cúbicos de lama da Samarco¹⁰. Depois desse trecho, a lama se acomodou dentro da calha do Rio Doce, exceto em alguns pontos onde transbordou sobre a área aluvial e afluentes, entre o Parque Estadual do Rio Doce e barragem da Usina Hidrelétrica de Baguari, no município de Governador Valadares. Nos trechos seguintes os efeitos continuaram a se diferenciar, porém com a lama restrita à calha do Rio Doce, até encontrar as duas barragens hidrelétricas próximas uma da outra, de Aimorés e Mascarenhas. No último trecho do Rio Doce, quando esse atinge a planícies sedimentares quaternárias, no município de Linhares, ES, os impactos na foz do rio e nas águas costeiras foram enormes, naquele que é um ecossistema extremamente rico e frágil.

No primeiro trecho foram impactadas diretamente as localidades históricas do ciclo do ouro em Minas Gerais, resultando numa brutal e imediata desterritorialização. O trauma resultante continua a produzir efeitos profundos na subjetividade e no emocional

10 Informação veiculada pela Samarco. Disponível em <http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/11/Samarco-intensifica-obras-em-Candonga.pdf>. Acessado em 7 de fevereiro de 2017.

dos indivíduos e famílias, pois sofreram um violento desenraizamento. Segundo documento produzido pelo IBAMA¹¹, a lama de rejeitos que vazou da barragem de Fundão destruiu cerca de 2.000 hectares ao longo de 77 km de cursos d'água, incluindo áreas de preservação permanente. O impacto da lama de rejeito devastou matas ciliares remanescentes (fragmentos/mosaicos), além de ter provocado a infertilidade dos solos. Quando a lama depositada sobre o solo secou produziu uma poeira que afeta diretamente os moradores e provoca transtornos para a saúde, principalmente entre os idosos e crianças. A lama de rejeitos devastou sete localidades do distrito de Camargos, município de Mariana (Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Campinas, Borba, Pedras e Bicas), além da cidade de Barra Longa; causou a morte de 19 pessoas; desabrigou 1.265 moradores; deixou 536 feridos/enfermos, destruiu ou danificou 349 edificações; devastou 195 propriedades rurais, entre outros impactos¹².

Mesmo retendo uma grande quantidade dos rejeitos da Samarco, a barragem da Hidroelétrica de Candonga teve que liberar a passagem da lama, que atingiu o rio Doce e ainda continua a vazar. O impacto imediato de maior proporção foi causado pela elevada turbidez da água. A força da passagem da lama revolveu o fundo do rio e suas margens, “fazendo um efeito de patrol, foi rasgando e varrendo o fundo do rio e as suas margens, a vegetação, tudo que havia no caminho”¹³. No caminho da lama em direção ao mar, a turbidez foi se reduzindo ao ser depositada, em parte, quando atingia os reservatórios das hidroelétricas localizadas ao longo do rio Doce. A turbidez reduziu a qualidade da água ao ponto de impedir a manutenção da vida aquática e inviabilizar o uso e consumo da água pelos que dependem do rio Doce, incluindo os humanos (abastecimento das cidades e utilização para irrigação e consumo das comunidades rurais). A turbidez ainda chegou elevada ao mar, impactando muito o frágil ambiente costeiro, no litoral.

Conforme indicou o relatório final da Comissão Externa da Câmara de Deputados para o rompimento de barragem na região de Mariana, a força da lama colocou em suspensão os sedimentos contaminados dos processos de mineração do passado: com isso, ocorreu o aumento significativo nas concentrações de metais pesados. Entretanto, a medição da concentração de metais pesados e agentes tóxicos variava significativamente conforme o local

11 IBAMA. Nota Técnica Nº 001/2016. PRESID/IBAMA.Termo de transação e de ajustamento de conduta relativo ao rompimento da barragem do Fundão em Mariana/MG. Disponível em http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias/noticias2016/nota_tecnica_001-2016.pdf, Acessado em 2 de fevereiro de 2017.

12 Ministério Público Federal. Procuradoria da República nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo - Força Tarefa Rio Doce. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>. Acessado em 6 de fevereiro de 2017.

13 Câmara dos Deputados. Comissão externa do rompimento de barragem na região de Mariana – MG (CEXBARRA). Relatório Final. Março de 2016, p. 110. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1457004. Acessado em 13 de janeiro de 2017.

da coleta da amostra. De imediato os serviços de abastecimento de água foram paralisados, deixando sem água potável mais de 400 mil habitantes de cidades ribeirinhas. O restabelecimento do tratamento da água e do abastecimento, algumas semanas depois da passagem da lama de rejeitos, não foi acompanhado da confiança da população, que permaneceu consumindo água mineral. Entretanto, aqui tem uma questão: quando encerrou a distribuição gratuita da água mineral, somente uma parcela da população com poder aquisitivo continuou evitando a água do serviço público de abastecimento, mantendo regular consumo de água mineral.

Passado um ano do desastre, o Ministério Público Federal, denunciou criminalmente 22 pessoas e quatro empresas (Samarco, Vale, BHP Billiton e VogBR - Recursos Hídricos e Geotecnia Ltda)¹⁴, mas os vários trechos do rio Doce afetados ainda não retornaram à normalidade (como enfatiza o relatório produzido pela Rede UFES-Rio Doce)¹⁵. Além do impacto sobre o ambiente foram impactados os meios de sobrevivência de populações que dependiam do rio e das águas costeiras do Espírito Santo, bem como as atividades de grandes firmas. As perdas materiais e a interrupção do abastecimento de água potável para as cidades ganharam mais destaque na mídia, porém não se podem olvidar as perdas imateriais, envolvendo os aspectos sociais e emocionais das populações afetadas.

As atividades de agricultores familiares, pescadores, indígenas e trabalhadores ligados ao turismo do rio Doce e praia de Regência (comerciantes, donos de pousadas, prestadores de serviço diversos) foram paralisadas totalmente, sendo que muitos trabalhadores continuam inativos, como os pescadores¹⁶. A melhoria da turbidez, que se seguiu ao fim do período das chuvas de verão (2015/2016), não devolveu a confiança nas águas do rio Doce, permanecendo muitas dúvidas e controvérsias sobre sua qualidade e segurança de uso, além de pairar o medo de rompimento da barragem da hidrelétrica de Candonga e das consequências do aumento da turbidez no período chuvoso¹⁷. Depois de um ano da tragédia, os afetados continuam sem respostas, vivendo uma situação de vulnerabilidade em sua soberania alimentar, vinculada ao rio e ao mar.

Independentemente de a Samarco ter assumido o pagamento por tempo indeterminado de auxílio compensa-

14 MPF. Compilação Final da Denúncia. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>. Acessado em 13 de janeiro de 2017.

15 ORGANON, Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco - Relatório preliminar. Novembro / dezembro. Mimeo. 2015. Rede UFES-Rio Doce. Disponível em http://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/relatorio_de_impactos_organon.asd_.pdf. Acessado em 13 de janeiro de 2017.

16 Vale lembrar que a devastação da biodiversidade aquática, (cerca de onze toneladas de peixes mortos, entre outros organismos) inviabilizou a pesca e inúmeras atividades ligadas a ela, bem como impactou severamente a fauna e flora ribeirinhas.

17 Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce. Rompimento da Barragem em Mariana/MG. Brasília: Agência Nacional de Águas, Ministério do Meio Ambiente, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos – SPR. Disponível em http://www3.snirh.gov.br/porta/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/encarteriodoce_22_03_2016v2.pdf. Acessado em 26 de setembro de 2016.

tivo, é preciso considerar que esse não mitiga a quebra do *modus vivendi* de milhares de famílias ao longo de todo o rio Doce. Como se constata nas palavras da assistente social Bianca Pavan, um ano depois do rompimento da barragem: “A gente precisa de respostas, porque a gente não pode congelar as pessoas”¹⁸. A desterritorialização criou diversas situações de vulnerabilidade, incluindo o trauma emocional e sintomas de angústia, agravados pela ausência de atenção e informação. A incerteza é uma situação insustentável em médio prazo, pois torna a vida difícil para as pessoas já abaladas pela tragédia que suprimiu drasticamente seu modo de vida. A persistência dessa situação tem reflexos negativos na saúde e quadros de depressão se tornaram comuns: “Vanda agora toma remédios controlados e visita o psiquiatra”¹⁹.

As incertezas quanto à qualidade da água do rio Doce é uma das questões que mais angustia a população, uma vez que tanto a Samarco, quanto instituições dos governos e especialistas não conseguiram se entender em relação a respostas para perguntas básicas como: posso usar a água do rio para irrigar as plantações? Qual o efeito dessa água na saúde das pessoas? Pode-se comer o peixe vindo do rio Doce? Tem algum problema para a saúde se as crianças e adolescentes nadarem no rio? Para onde vão os rejeitos?

Atores envolvidos e a postura da Samarco antes, durante e depois da tragédia:

A “A população geral não sabe o que está acontecendo, e eles nem sequer sabem que não sabem”.
(Noam Chomsky)

A maioria dos atores envolvidos na tragédia se mostrou totalmente despreparada para lidar com os eventos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, principalmente a direção da Samarco, que ficou em “estado de choque” durante os primeiros dias. A empresa simplesmente não tinha sistema de alertas, plano de emergência e pessoal para tratar da situação de crise. As consequências da maior tragédia socioambiental do país recaíram sobre as sociedades e governos de Minas Gerais e do Espírito Santo.

18 Portal de Notícias G1/ES, publicado em 5 de novembro de 2016, por Manoela Albuquerque e Viviane Machado. Disponível em <http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/11/ano-de-lama-vidas-impactadas-por-rejeitos-estao-espera-de-respostas.html>. Acessado em 24 de janeiro de 2017.

19 SÁ, Carlá; LOPES, Raquel; FERNANDES, Vilmar. Depressão e dívidas vieram com a lama. *Gazeta Online*. Publicado em 07/11/2016. Disponível em http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2016/11/noticias/cidades/3993625-depressao-e-dividas-vieram-com-a-lama.html. Acessado em 8 de fevereiro de 2017.

No decorrer do ano, passada a mobilização inicial para enfrentar as emergências por parte dos governos locais e da empresa (determinadas pela justiça a partir da ação do Ministério Público), a estratégia da mineradora foi se recolher, não se pronunciar, não polemizar, com vistas a dar tempo ao tempo, acreditando que seu departamento jurídico iria encontrar as alternativas para retomar o controle da situação. Foi nisso que a Samarco/Vale/BHP apostaram. Verbas milionárias da Vale foram direcionadas para publicidade nas maiores redes de TV, rádios, jornais, revistas, sites na internet, com a estratégia de “naturalizar” a tragédia, definindo-a como um “acidente” e aliviando a culpa da Samarco. Havia, então, duas preocupações objetivas: manter a boa imagem da empresa e desenvolver as articulações para ela voltar a operar. “Fazer o que deve ser feito. Esse é o nosso compromisso”²⁰. A propaganda da Samarco procurou passar a ideia de que agia em todas as frentes para enfrentar o que chamou de “acidente”.

Tem um significativo particular o fato do diretor-presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, ter escolhido a principal rede de televisão brasileira para fazer seu pedido de desculpas, 17 dias depois do início dos eventos catastróficos²¹. A empresa desencadeou uma estratégia para recompor sua imagem, drasticamente atingida pela repercussão negativa nacional e internacional. Entretanto, muitas ações mitigadoras foram realizadas por obrigação judicial e, dessa forma, a prática discursiva da empresa deixava transparecer a ausência de efetivas atitudes e ações que de fato comprovariam o compromisso com a população.

Outra questão que se sobressai está ligada ao controle das informações colocado em marcha pelas empresas: nunca se dava uma resposta objetiva, confirmando a segurança das barragens: “...reduzimos o risco, nós estamos fazendo as ações emergenciais necessárias”. Isso deixa margem às incertezas e especulações. Em 23 de junho de 2016, a imprensa informou que “gravações revelam que Samarco tentou atrapalhar investigações”. No lugar de uma conduta proativa a Samarco agiu obrigada por força de decisão judicial. No início de agosto foi apresentado o Plano de Recuperação Ambiental Integrado (PRAI), como parte das exigências do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC)²², assinado no mês de março pela Samarco.

20 Samarco. “Fazer o que deve ser feito. Esse é o nosso compromisso”. Publicado na página da empresa na Internet, em 04/12/2015. Disponível em <http://www.samarco.com/2015/12/04/comunicado-91/>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

21 A entrevista ao Fantástico, na Rede Globo, de 22 de novembro de 2015 (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UOsdREaV2ck&t=1s>, acessado em 25 de janeiro de 2017), repercutiu amplamente na imprensa nacional e seus canais na Internet, tais como jornais Estado de Minas, O Tempo, Globo, Gazeta, Diário de Pernambuco, Folha de São Paulo, entre outros. Para verificar, basta buscar por presidente da Samarco pede desculpa.

22 O TTAC assinado em março teve a homologação anulada pela Justiça, em meados de agosto de 2016. Para Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Promotor Público Minas Gerais, o acordo que os governos federais e estaduais (MG e ES) celebraram com a Samarco e Vale favorece as empresas, além de dar a elas o controle total das ações pós tragédia. O TTAC foi o documento assinado pela Samarco, Vale e BHP Billiton e os governos federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como previa o TTAC, a Samarco, Vale e BHP Billiton criaram a Fundação Renova, cujas atividades tiveram início em 02 de agosto de 2016. O papel da Fundação era assumir todo o trabalho de recuperação, restauração e reparação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão, “antes conduzidas pela Samarco e suas acionistas”²³. Assim que foi criada, a Fundação Renova iniciou o cadastramento para indenização dos atingidos, porém com a condição de renunciarem a quaisquer ações judiciais existentes ou futuras contra a fundação ou a Samarco. Para o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, esse acordo exime as mineradoras de culpa, pois esse novo ator, criado artificialmente, serviria para blindar a Samarco e Vale (que usavam a barragem)²⁴. As controvérsias jurídicas não se encerraram, pois em dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou à Fundação Renova abolir do contrato do Programa de Indenização Mediada (PIM) a cláusulas que condicionam o recebimento da indenização à renúncia de ações judiciais. O MP se tornou o principal ator a enfrentar as questões envolvendo o desastre da Samarco/Vale/BHP.

Outro ator governamental importante, além da FEAM, é o IBAMA, cujas atuações depois do desastre oferecem avaliações sobre o estado do ambiente e a ação da Samarco. Em outubro de 2016, o IBAMA apresentou sua avaliação do cronograma de atividades da empresa, na qual constatou que cerca de 90% das obras e ações de interferências no meio ambiente estavam atrasadas. Com base nas informações dos órgãos técnicos estaduais e federais, os governos dos dois estados atingidos e da União rejeitaram os procedimentos de auditoria criados para fiscalizar a execução de ações de recuperação contratada pela Fundação Renova. Passado um ano da tragédia, em 04 de novembro de 2016, o MP de Minas Gerais prestou conta das suas atividades. O promotor Carlos Eduardo iniciou sua fala dizendo “Hoje não é dia de celebração. Hoje é dia de indignação”.

Entretanto, no mês seguinte, dois dias depois de tomar posse (5/12/2016), o novo procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, retirou da investigação sobre o desastre e seus impactos os promotores que estavam à frente da força tarefa: Carlos Eduardo Pinto, Mauro Ellovitch e Marcos Paulo. Em 27 de janeiro de 2017, a justiça federal suspendeu o prazo para a Vale, Samarco e BHP realizarem o depósito de R\$ 1,2 bilhões, como previa o Termo de Ajuste Preliminar assinado pelas empresas com o Ministério Público Federal (MPF), em novembro de

23 Página da Samarco. “Site da Fundação Renova está no ar”, publicado em 26/08/2016. Disponível em <http://www.samarco.com/2016/08/26/site-da-fundacao-renova-esta-no-ar/>. Acessado em 27 janeiro de 2017.

24 “Acordo com governo federal exime mineradoras de culpa”. Chefe do núcleo de meio ambiente do MPMG aponta falhas em acordo entre Executivos e empresas. Jornal O Tempo, publicado em 19/03/16. Disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/acordo-com-governo-federal-exime-mineradoras-de-culpa-1.1262732>. Acessado em 26 janeiro de 2017.

2015²⁵.

Frente ao desastre e à postura da Samarco antes, durante e depois da tragédia, os atores envolvidos têm diferentes papéis, responsabilidades e posicionamentos. Como foi dito anteriormente, foi pífia a atuação fiscalizadora dos órgãos responsáveis, particularmente a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A investigação da Política Federal aponta os dois órgãos como corresponsáveis pela tragédia²⁶. O Comitê da Bacia do Rio Doce, cuja principal função é fazer a gestão correta dos recursos hídricos naquele território, não foi protagonista e sim um mero espectador. Por outro lado, os governos municipais, apesar da situação de penúria financeira que vivem, desempenharam papel fundamental de socorro e ajuda imediata à população direta e indiretamente atingida, dada sua proximidade com os fatos e sua gravidade.

Cabe ressaltar que o Ministério Público Federal e os estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo tiveram atuação firme e exemplar, durante o ano de 2016, sem a qual a questão teria deixado a mídia nacional e poderia ir para os arquivos, tendo em vista a forte atuação dos advogados da mineradora. A imprensa noticiou amplamente cada decisão da Justiça, obrigando a empresa a agir, desde a distribuição de água mineral e pagamento de ajuda aos pescadores, e até para conter a lama de rejeitos que continuava a vazar, como informou o jornal “O Tempo”, em 06 de abril de 2016: “Justiça obriga Samarco a conter lama”²⁷.

Entre os atores locais se destacaram os índios Krenak, que usaram como recurso principal o bloqueio da Estrada de Ferro Vitória a Minas e até mesmo a “saída de trem da Vale em estação de Belo Horizonte”²⁸. Suas ações conseguiram visibilidade e forçaram a empresa a negociar diretamente com eles. Dezenas de entidades da sociedade civil se mobilizaram: os movimentos sociais, movimentos ambientalistas, sindicatos de trabalhadores, organizações religiosas, igrejas e ONGs, que junto com docentes de diferentes universidades brasileiras realizaram protestos, levantamentos, atividades e caravanas nas áreas atingidas, produzindo diferentes documentos políticos e científicos. Entre os dias 11 e 16 de abril de 2016, esses movimentos realizaram a Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, com participação de pescadores, agricultores, indígenas e

25 VALE, João Henrique. Justiça Federal suspendeu prazo para Vale, Samarco e BHP fazerem depósito de R\$ 1.2 bi.” Jornal Estado de Minas, publicado em 27 de janeiro de 2017. Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/27/interna_gerais,842971/justica-federal-suspende-prazo-para-vale-samarco-e-bhp-fazer-deposito.shtml. Acessado em 30 de janeiro de 2017.

26 Portal de Notícias G1/MG. Polícia Federal abre inquérito para apurar crime ambiental em Mariana, publicado em 17/11/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/policia-federal-abre-inquerito-para-apurar-crime-ambiental-em-mariana.html>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

27 Jornal “O Tempo”. Justiça obriga Samarco a conter lama. Publicado em 06/04/16. Disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-obriga-samarco-a-conter-lama-1.1274678>. Acessado em 26 de janeiro de 2017.

28 Portal de Notícias G1/MG, publicado em 14/11/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/indios-bloqueiam-saida-de-trem-da-vale-em-estacao-de-belo-horizonte.html>. Acessado em 27 de janeiro de 2017.

quilombolas. No final publicaram uma carta política²⁹, que encaminharam para diferentes organizações internacionais, cobrando a “punição dos responsáveis e as devidas reparações aos afetados”³⁰. Nesse mesmo diapasão o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem realizado diversas ações contra construção de diques e contra os acordos assinados com a Samarco, a Vale e a BH, como pode ser visto na sua página na Internet³¹. A igreja católica, por meio das dioceses de Mariana e Vitória, tem exercido forte atuação, particularmente contribuindo para a organização dos movimentos sociais e dos atingidos³². Entre as ações se destacam os encontros e seminários promovidos para unificar os movimentos, avaliar e discutir as ações futuras³³.

Entre os alvos dos dois fóruns do rio Doce (Minas e Espírito Santo) estão os pesquisadores, que foram fortemente cobrados para não agirem com oportunismo e se seduzirem pelos recursos que a Fundação Renova teria para a pesquisa. Os governos, por meio das agências de fomento à pesquisa, destinaram recursos em chamadas públicas para financiamento projetos de pesquisa. Num primeiro momento (janeiro de 2016), a agência mineira (FAPEMIG) focou nos aspectos técnicos: recuperação do solo, recuperação da água, recuperação da biodiversidade e tecnologias sociais. Logo depois, em abril de 2016, as agências de fomento estaduais e nacionais lançaram uma chamada conjunta: Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce³⁴.

Nos dois casos, frente à magnitude e complexidade dos eventos que se seguiram ao rompimento da barragem, os recursos foram irrisórios (R\$ 4.000.000,00 e R\$ 11.250.000,00, respectivamente), porém atendiam ao objetivo de assinalar para a opinião pública que os governos estavam preocupados. Entre os 15 projetos aprovados no segundo edital, dez também propõem a recuperação e os outros se propõem a encontrar utilidade para os rejeitos depositados na hidrelétrica de Candonga; levantar as plantas medicinais e úteis (sic); desenvolver infraestrutura e-Science; estudar os impactos sobre os habitats marinhos e estuários; e implementar tecnologias sociais de governança.

29 Disponível em <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/Carta-Polit%C3%ADca-Caravana-Territorial-da-Bacia-do-Rio-Doce.pdf>. Acessado em 30 de janeiro de 2017.

30 Disponível em <http://www.mst.org.br/2016/04/19/caravana-territorial-do-rio-doce-cobra-participacao-social-e-transparencia-a-samarco-em-governador-valadares-mg.html>. Acessado em 30 de janeiro de 2017.

31 Disponível em <http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/>. Acessado em 31 de janeiro de 2017.

32 Um exemplo foi o ato que lembrou um ano da tragédia, realizado pelo Fórum de Minas Gerais no dia 5 de novembro de 2016, que reuniu mais de 400 ativistas em diferentes performances e culto no antigo povoado de Bento Rodrigues, no qual 19 cruzeiros lembraram os mortos, seguido pelo ato público na noite do dia 18 de novembro e seminário no dia seguinte, com diversos pesquisadores em saúde, ambiente, geografia, agroecologia, entre outras áreas do conhecimento. A arquidiocese de Vitória (Espírito Santo), por meio da Comissão de Justiça e Paz, atuou junto com mais de 30 entidades para criar o Fórum Capixaba de Entidades em Defesa da Bacia do Rio Doce. O Manifesto de criação do se encontra na página da Internet da Cáritas Brasileira/CNBB. Disponível em <http://caritas.org.br/manifesto-de-criacao-do-forum-capixaba-de-entidades-em-defesa-da-bacia-do-rio-doce/31733>. Acessado em 30 de abril de 2017.

33 ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Fórum permanente em defesa do Rio Doce realiza ato e seminário. Publicado em 11 de novembro de 2016. <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/forum-permanente-em-defesa-do-rio-doce-realiza-ato-e-seminario/21680/>. Acessado em 30 de janeiro de 2017.

34 Edital nº 06/2016 CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA “Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce”.

A forte conotação utilitária/pragmática do primeiro edital (transparente no seu objetivo) e nos projetos aprovados para o segundo edital (contrariando o espírito do seu texto) não são capazes de esconder o viés político-populista, que não deixa de ser ingênuo: mobilizar a ciência para resolver os problemas criados pelo desastre. A ideia de recuperação do solo, da fauna, da flora etc., têm apelo midiático, mas desconhece a complexidade dos fenômenos de desastres socioambientais e, em específico, do desastre da Samarco/Vale/BHP. O financiamento da pesquisa para solução dos problemas criados pela Samarco/Vale/BHP deve ser visto criticamente, pois não deixa de significar uma transferência indevida de responsabilidade, isto é, os governos assumem a responsabilidade que é das empresas.

Desde o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP, ocorreram protestos em todo Brasil e no exterior, incluindo as ações contra a BHP Billiton, na Austrália. Como o Greenpeace noticiou: “Ativistas expõem a negligência da empresa antes e depois do rompimento da barragem em Minas Gerais”³⁵. Os atores do movimento social e popular contam com o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, entidade criada em junho de 2014. Esse atuou em conjunto com a Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale, formada por entidades, movimentos sociais, sindicatos, associações e indivíduos afetados nos diversos países onde a Vale está presente. As duas entidades uniram força lutar contra o acordo firmado entre as mineradoras Samarco, Vale e BHP e os governos federal e estaduais³⁶.

Os parlamentares locais (vereadores) e os estaduais e federais (senadores e deputados), nos primeiros dias, se manifestaram nos veículos de imprensa e fizeram diversas proposições. Na assembleia mineira se criou uma página na Internet para informar as principais ações “para resgatar as condições de vida da população atingida pelo rompimento da barragem em Mariana e reparar os danos ambientais em toda a bacia do Rio Doce”³⁷. Entretanto, passados os primeiros dias, particularmente depois da normalização do abastecimento de água das cidades atingidas, esvaneceu-se essa presença parlamentar: não se formou movimento político nem articulação permanente. No caso de Minas Gerais, um fato merece reflexão: 20 dias depois do início da tragédia (19/11/2015), os deputados mineiros não ficaram constrangidos de aprovar em turno único e caráter de urgência o projeto de lei do Executivo que altera a estrutura do Sistema Estadual do Meio Ambiente e facilita o licencia-

35 Greenpeace. Disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Greenpeace-protesta-diante-da-BHP-Billiton-na-Australia-e-pede-justica-as-vitimas-do-desastre-em-Mariana/>. Acessado em 31 de janeiro de 2017.

36 Justiça Global. Sociedade civil repudia acordo assinado entre Samarco/Vale/BHP e os Poderes Públicos. Publicado em 2 de março de 2016. Disponível em <http://www.global.org.br/blog/organizacoes-e-movimentos-da-sociedade-civil-repudiam-acordo-assinado-entre-mineradoras-samarcovalebhp-e-os-poderes-publicos/>. Acessado em 31 de janeiro de 2017.

37 Disponível em https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/especiais/tragedia_em_mariana/mariana.html. Acessado em 31 de janeiro de 2017.

mento ambiental³⁸.

Os governos locais são atores fundamentais, independente da mudança de governo ocorrida no início de 2017. No momento mais crucial do desastre eles assumiram o custo de solucionar os problemas imediatos deixados pelo desastre da Samarco/Vale/BHP, particularmente o problema da água potável. Houve atitudes mais fortes, como do prefeito Neto Barros da cidade capixaba de Baixo Guandu, na divisa com Minas Gerais, que determinou, em 12 de novembro de 2015, o bloqueio da Estrada de Ferro Vitória a Minas (Vale), com objetivo de obrigar o presidente da Vale a apresentar soluções para se enfrentar os impactos da onda de lama que se aproxima do Espírito Santo³⁹. Entretanto, apesar da esperança de que tal solução ocorresse, não se constituiu movimento de unidade e luta regional, ou seja, o desastre não foi suficiente para criar um sentimento de unidade e um movimento regionalista unitário. Isso deixa os municípios, as empresas, os atores locais e as populações completamente vulneráveis diante do prosseguimento dos efeitos negativos do desastre.

Considerações finais

O nível de informação e de participação da população atingida no processo de recuperação socioeconômica e ambiental do território tem sido mínimo. Por isso, é preciso criar mecanismos para garantir a transparência e a participação das entidades da sociedade civil e dos governos locais no enfrentamento do desastre da Samarco/Vale/BHP. Essa diretriz é crucial, tendo em vista que muitos efeitos do desastre estão em curso e seus desdobramentos ainda são incertos. É necessário colocar na agenda o atendimento das necessidades e prioridades da população atingida, a mitigação dos impactos ambientais e os riscos de novos desastres de grande proporção, envolvendo os grandes projetos de investimento na mineração. Afinal, essa é uma questão de interesse público, da sociedade e do ambiente. Por isso, cabe aqui a pergunta: quem vai fiscalizar a Fundação Renova?

Sabe-se que a execução do plano de recuperação socioambiental da Bacia do Rio Doce vem recebendo muitas críticas, principalmente porque a maioria das suas obras está atrasada. Além disso, os riscos de mais lama no rio no período de chuvas geram dúvidas e incertezas entre a popu-

38 Portal de Notícias G1/MG. PL que flexibiliza licenciamento ambiental em MG é aprovado. Publicado em 25/11/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/pl-que-flexibiliza-licenciamento-ambiental-em-mg-e-aprovado.html>. Acessado em 31 de janeiro de 2017.

39 Portal de Notícias G1/ES, publicado em 12/11/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/11/ferrovia-da-vale-e-bloqueada-em-ato-da-prefeitura-de-baixo-guandu.html>. Acessado em 27 de janeiro de 2017.

lação. Em meio a esse cenário desanimador, a Samarco articula o retorno das suas operações, o que envolve fortes interesses econômicos, sociais e políticos. Ela recebe apoio dos governos federal e estaduais, das prefeituras dos municípios que sediam os empreendimentos, de parlamentares e de setores empresariais. Por outro lado, continuam a se posicionar criticamente o Ministério Público MG-ES, dioceses da Igreja Católica da região, pesquisadores das universidades públicas e privadas, movimentos sociais, entidades da sociedade civil, ONGs, entre outros.

Ressaltamos que embora o inquérito da Polícia Federal tenha concluído pela culpabilidade dos dirigentes da Samarco, passado mais de um ano da tragédia, ninguém foi preso, como também nenhuma das várias multas imputadas à empresa foi paga aos órgãos de controle ambiental federal ou estaduais. As ações judiciais contra a Samarco estão paralisadas num imbróglio jurídico, contabilizando-se cerca de 17.900 ações no TJ-ES e 30.000 no TJ-MG. Com isso, as indenizações e compensações financeiras não estão sendo pagas aos milhares de atingidos. A Samarco burlou e abusou da confiança dos órgãos públicos de fiscalização, além de faltar com a verdade perante a população, ao prometer e não executar as medidas de reparos na barragem para atingir níveis adequados de segurança (recomendadas no Relatório do Instituto Prístino, de 2013). Entretanto, ela já está com seu processo de licenciamento ambiental bastante adiantado, na certeza de voltar a operar em meados de 2017. Ao concluir nossa análise desse cenário, cabe perguntar: quem acredita na Samarco, na Vale e BHP?